

STJ00118686

20
24

DÉCIMA SEGUNDA EDIÇÃO

PAULO ROBERTO DE **FIGUEIREDO DANTAS**

DIREITO PROCESSUAL CONSTITUCIONAL

REVISTA E ATUALIZADA

 EDITORA
FOCO

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

D192d Dantas, Paulo Roberto de Figueiredo
Direito Processual Constitucional / Paulo Roberto de Figueiredo Dantas. - 12.
ed. - Indaiatuba, SP : Editora Foco, 2024.
344 p. ; 17cm x 24cm.
Inclui bibliografia e índice.
ISBN: 978-65-5515-905-9
1. Direito Processual Constitucional. I. Título.

2023-2319

CDD 341.4

CDU 347.9

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Índices para Catálogo Sistemático:

1. Direito Processual 341.4
2. Direito Processual 347.9

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	VII
1. DIREITO PROCESSUAL CONSTITUCIONAL.....	1
1.1 Esclarecimentos iniciais.....	1
1.2 Direito processual constitucional: objeto de estudo.....	1
1.3 Jurisdição, processo, ação e defesa	3
1.4 Constituição e processo.....	7
1.5 Jurisdição constitucional	10
2. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE: NOÇÕES GERAIS	13
2.1 Esclarecimentos iniciais.....	13
2.2 Controle de constitucionalidade: pressupostos e conceito	13
2.3 Objeto do controle de constitucionalidade	16
2.4 Análise de normas específicas sujeitas ao controle de constitucionalidade	18
2.5 Normas não sujeitas ao controle de constitucionalidade	20
2.6 Parâmetro de controle ou paradigma constitucional	23
2.7 As diversas espécies de inconstitucionalidade.....	25
2.8 Inconstitucionalidade material e inconstitucionalidade formal	25
2.9 Inconstitucionalidade por ação e inconstitucionalidade por omissão	28
2.10 Modalidades de controle quanto ao momento da realização e quanto ao órgão que o realiza	29
2.11 Modalidades de controle quanto à via utilizada: modelo americano e austríaco..	30
2.12 Visão geral do controle de constitucionalidade no Brasil.....	32
2.13 Controle político	32
2.14 Controle judicial	35
3. CONTROLE DIFUSO NO BRASIL	39
3.1 Esclarecimentos iniciais.....	39

3.2	Controle difuso.....	39
3.3	Normais efeitos da declaração de inconstitucionalidade no controle difuso.....	40
3.4	O Senado e a possibilidade de ampliação dos efeitos da decisão no controle difuso.....	41
3.5	Cláusula de reserva de plenário.....	44
3.6	Procedimento fixado pelo Código de Processo Civil para os tribunais de segundo grau.....	46
3.7	A abstrativização dos efeitos da decisão do Supremo Tribunal Federal em sede de controle difuso de constitucionalidade	47
3.8	O recurso extraordinário.....	51
3.9	Necessidade de demonstração da repercussão geral perante o Supremo Tribunal Federal	52
3.10	Principais regras procedimentais do recurso extraordinário.....	54
3.11	A repercussão geral no caso de multiplicidade de recursos extraordinários, fundamentados em idêntica questão de direito	56
3.12	Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal e o rito da repercussão geral...	59
3.13	As súmulas vinculantes.....	61
3.14	Controle difuso em ação civil pública	67
4.	O CONTROLE CONCENTRADO E AS AÇÕES REGULAMENTADAS PELA LEI 9.868/1999	71
4.1	Esclarecimentos iniciais.....	71
4.2	Controle concentrado.....	71
4.3	Efeitos da decisão no controle concentrado.....	73
4.4	Espécies de controle concentrado na Constituição de 1988.....	75
4.5	Ação direta de inconstitucionalidade genérica (ADI ou ADIn)	76
4.6	Hipóteses específicas em que não cabe ação direta de inconstitucionalidade genérica.....	77
4.7	Legitimados para a ação direta de inconstitucionalidade genérica.....	80
4.8	Concessão de medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade genérica	82
4.9	O efeito vinculante da ação direta de inconstitucionalidade e sua exclusão em relação ao Poder Legislativo.....	84
4.10	Princípio da “parcelaridade”	85
4.11	Inconstitucionalidade por “arrastamento” ou “por atração”	86

4.12	Alteração do parâmetro de controle após a propositura da ação direta de inconstitucionalidade genérica	88
4.13	Coisa julgada e a posterior decisão em sede de controle de constitucionalidade.....	89
4.14	O <i>amicus curiae</i> na ação direta de inconstitucionalidade genérica	91
4.15	Principais regras procedimentais sobre a ação direta de inconstitucionalidade genérica.....	93
4.16	Ação declaratória de constitucionalidade (ADC ou ADECON)	95
4.17	Legitimados para a ação declaratória de constitucionalidade.....	97
4.18	Concessão de Medida cautelar em ação declaratória de constitucionalidade.....	99
4.19	O <i>amicus curiae</i> na ação declaratória de constitucionalidade.....	100
4.20	Principais regras procedimentais sobre a ação declaratória de constitucionalidade	101
4.21	Ação direta de inconstitucionalidade por omissão.....	103
4.22	Legitimados para a ação direta de inconstitucionalidade por omissão	105
4.23	O <i>amicus curiae</i> na ação direta de inconstitucionalidade por omissão	106
4.24	Concessão de medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade por omissão	108
4.25	Principais regras procedimentais sobre a ação direta de inconstitucionalidade por omissão.....	109
5.	AS DEMAIS AÇÕES DE CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE E ASSUNTOS COMPLEMENTARES	113
5.1	Esclarecimentos iniciais.....	113
5.2	Arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF)	113
5.3	Parâmetro de controle da arguição de descumprimento de preceito fundamental	115
5.4	Objeto da arguição de descumprimento de preceito fundamental	118
5.5	Legitimados ativos para a arguição de descumprimento de preceito fundamental	121
5.6	A constitucionalidade da arguição de descumprimento de preceito fundamental por equiparação, segundo a Corte Suprema	122
5.7	Caráter subsidiário da arguição de descumprimento de preceito fundamental...	124
5.8	O <i>amicus curiae</i> na arguição de descumprimento de preceito fundamental	127
5.9	Concessão de medida liminar em arguição de descumprimento de preceito fundamental.....	128

5.10	Principais regras procedimentais da arguição de descumprimento de preceito fundamental.....	129
5.11	Ação direta de inconstitucionalidade interventiva	132
5.12	Único legitimado para a ação direta de inconstitucionalidade interventiva.....	135
5.13	O <i>amicus curiae</i> na ação direta de inconstitucionalidade interventiva.....	136
5.14	A concessão de medida liminar em ação direta de inconstitucionalidade interventiva.....	137
5.15	Principais regras procedimentais da ação direta de inconstitucionalidade interventiva.....	137
5.16	Controle concentrado perante os Tribunais de Justiça	139
5.17	Possibilidade de recurso extraordinário em face de decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça.....	142
5.18	Ação direta de inconstitucionalidade de norma do Distrito Federal em face de sua Lei Orgânica.....	144
5.19	Da interpretação conforme a Constituição.....	145
5.20	Declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto.....	147
5.21	A evolução do controle de constitucionalidade brasileiro.....	148
6.	DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS E OS REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS.....	153
6.1	Esclarecimentos iniciais.....	153
6.2	Direitos e garantias fundamentais: conceito e características	153
6.3	Evolução histórica dos direitos e garantias fundamentais	158
6.4	Gerações de direitos fundamentais.....	161
6.5	Destinatários dos direitos e garantias fundamentais.....	164
6.6	Eficácia horizontal dos direitos e garantias fundamentais	167
6.7	Caráter relativo dos direitos e garantias fundamentais	169
6.8	Aplicação imediata e caráter não taxativo do rol de direitos e garantias fundamentais.....	171
6.9	Distinção entre direitos, garantias e remédios constitucionais.....	173
7.	REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS PARA A TUTELA DE DIREITOS INDIVIDUAIS	177
7.1	Esclarecimentos iniciais.....	177
7.2	Elenco dos remédios constitucionais.....	178

7.3	<i>Habeas corpus</i>	180
7.4	Hipóteses de cabimento do <i>habeas corpus</i>	182
7.5	Hipóteses em que não cabe o <i>habeas corpus</i>	185
7.6	Modalidades de <i>habeas corpus</i>	187
7.7	Legitimação ativa e passiva do <i>habeas corpus</i>	187
7.8	Competência em matéria de <i>habeas corpus</i>	189
7.9	Principais regras procedimentais do <i>habeas corpus</i>	191
7.10	Principais súmulas do Supremo Tribunal Federal sobre o <i>habeas corpus</i>	194
7.11	Mandado de segurança individual.....	194
7.12	Hipóteses de cabimento do mandado de segurança individual.....	195
7.13	Hipóteses em que não cabe o mandado de segurança individual.....	197
7.14	Legitimação ativa e passiva do mandado de segurança individual.....	200
7.15	Competência em sede de mandado de segurança individual.....	203
7.16	Da possibilidade de liminar em mandado de segurança individual.....	205
7.17	Da suspensão da liminar e da suspensão da segurança.....	208
7.18	O insucesso do mandado de segurança individual e a possibilidade de posterior ação de conhecimento.....	209
7.19	Principais regras procedimentais sobre o mandado de segurança individual.....	210
7.20	Principais súmulas do Supremo Tribunal Federal sobre o mandado de segurança individual.....	215
7.21	Mandado de injunção individual.....	216
7.22	Hipóteses de cabimento do mandado de injunção individual.....	216
7.23	Hipóteses em que não cabe o mandado de injunção individual.....	218
7.24	Legitimação ativa e passiva do mandado de injunção individual.....	220
7.25	Competência em sede de mandado de injunção individual.....	221
7.26	Natureza e eficácia da decisão que concede a injunção individual.....	222
7.27	Renovação de pedido não concedido e revisão de injunção já concedida.....	226
7.28	A edição superveniente de norma regulamentadora e os efeitos em relação à injunção individual anteriormente concedida.....	228
7.29	A impossibilidade de concessão de liminar em sede de mandado de injunção individual.....	230

7.30	Distinção entre mandado de injunção individual e ação direta de inconstitucionalidade por omissão.....	230
7.31	Principais regras procedimentais sobre o mandado de injunção individual	232
7.32	<i>Habeas data</i>	234
7.33	Hipóteses de cabimento do <i>habeas data</i>	235
7.34	Legitimação ativa e passiva do <i>habeas data</i>	238
7.35	Competência em sede de <i>habeas data</i>	239
7.36	Principais regras procedimentais do <i>habeas data</i>	240
8.	REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS PARA TUTELA DE DIREITOS COLETIVOS	245
8.1	Esclarecimentos iniciais.....	245
8.2	Mandado de segurança coletivo.....	245
8.3	Hipóteses de cabimento do mandado de segurança coletivo.....	246
8.4	Hipóteses em que não cabe o mandado de segurança coletivo.....	248
8.5	Legitimação ativa e passiva do mandado de segurança coletivo.....	250
8.6	Legitimação ativa do mandado de segurança coletivo e o Ministério Público.....	254
8.7	Os direitos protegidos pelo mandado de segurança coletivo e quem pode se beneficiar de sua impetração	255
8.8	Competência em sede de mandado de segurança coletivo.....	256
8.9	Concessão de liminar em mandado de segurança coletivo.....	257
8.10	Da suspensão da liminar e da suspensão da segurança coletiva.....	259
8.11	Principais regras procedimentais sobre o mandado de segurança coletivo.....	260
8.12	Principais súmulas do Supremo Tribunal Federal sobre o mandado de segurança coletivo.....	264
8.13	Mandado de injunção coletivo	264
8.14	Hipóteses de cabimento do mandado de injunção coletivo	265
8.15	Hipóteses em que não cabe o mandado de injunção coletivo.....	266
8.16	Legitimação ativa e passiva do mandado de injunção coletivo.....	267
8.17	As espécies de direitos protegidos pelo mandado de injunção coletivo e os destinatários de sua impetração.....	272
8.18	Competência em relação ao mandado de injunção coletivo.....	273
8.19	Natureza e eficácia da decisão que concede a injunção coletiva.....	274
8.20	Renovação de pedido não concedido e revisão de injunção coletiva já concedida.....	274

8.21	A edição superveniente de norma regulamentadora e os efeitos em relação à injunção coletiva anteriormente concedida	276
8.22	A impossibilidade de concessão de liminar em sede de mandado de injunção coletivo	277
8.23	Principais regras procedimentais sobre o mandado de injunção coletivo	278
8.24	Ação popular	280
8.25	Hipóteses de cabimento da ação popular	281
8.26	Legitimação ativa e passiva da ação popular	285
8.27	Competências em sede de ação popular	287
8.28	Concessão de liminar, suspensão de liminar e de sentença em ação popular	288
8.29	Principais regras procedimentais da ação popular	289
8.30	Súmula sobre a ação popular	292
8.31	Ação civil pública	292
8.32	Hipóteses de cabimento da ação civil pública	294
8.33	Hipóteses em que não cabe a propositura de ação civil pública	297
8.34	Legitimação ativa e passiva da ação civil pública	298
8.35	Competência em sede de ação civil pública	303
8.36	A possibilidade de concessão de liminar em ação civil pública	305
8.37	Da suspensão da liminar e da suspensão da sentença em ação civil pública	306
8.38	Inquérito civil	308
8.39	Termo de ajustamento de conduta	311
8.40	Fundo de reparação de danos	313
8.41	Ação civil pública e coisa julgada segundo a natureza do interesse tutelado	314
8.42	Demais regras procedimentais da ação civil pública	317
8.43	Súmula do Supremo Tribunal Federal sobre a ação civil pública	320
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	321